



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 001, de 14 de maio de 2019.

***“ALTERA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº
006/2011, QUE DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITU.”***

LUIZ CARLOS KAHTALIAN BRENHA DE CAMARGO,
Superintendente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itu
- ITUPREV, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1.810, de 04
de abril de 2016, e

CONSIDERANDO as alterações realizadas no texto do
Regulamento da Previdência Social, aprovadas pelo Conselho de Administração do
ITUPREV em sua reunião ordinária realizada em 13/05/2019, conforme Ata nº
009/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam alterados os seguintes dispositivos da
Resolução nº. 006, de 05 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Regulamento da
Previdência Social do Município de Itu, para fins de concessão, controle e
fiscalização dos benefícios previdenciários, passando a vigorar com a seguinte
redação:

“Art. 3º.

§1º. A filiação do segurado ao ITUPREV só ocorrerá com o início do
exercício do seu cargo efetivo, independentemente da prévia
inscrição.

§2º. A inscrição será considerada sem efeito se o servidor não entrar
em exercício no cargo efetivo.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

§3º. A perda da qualidade de segurado se dará apenas nos termos do art. 35 da Lei nº 1.810, de 04 de abril de 2016.” (NR)

“Art. 4º. Considera-se inscrição de dependente, para os efeitos da previdência social do Município, o ato pelo qual o segurado o qualifica perante ela e decorre da apresentação, além do documento oficial de identidade:

.....

§ 1º. Incumbe ao segurado a inscrição do dependente, que deve ser feita, quando possível, no ato da inscrição do segurado.

§ 2º. A dependência econômica deverá ser comprovada novamente por ocasião da concessão do benefício.

§ 3º. Só podem ser consideradas dependentes as pessoas relacionadas no artigo 33 da Lei Ordinária nº 1.810, de 04 de abril de 2016.

.....” (NR)

“Art. 7º.

.....

§ 2º. Decisão judicial que reconheça a união estável ou a dependência econômica supre a falta de documentos.

.....

§ 4º. Os documentos apresentados para a comprovação da dependência de pais ou de irmãos do segurado podem, por si sós, serem considerados insuficientes para demonstrar a dependência econômica, hipótese em que o Instituto poderá realizar investigação social por assistente social e, inclusive, promover a competente justificação administrativa.

.....” (NR)



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

“Art. 8º. A dependência econômica do cônjuge, do(a) companheiro(a), dos filhos e dos equiparados a filhos é presumida.” (NR)

“Art. 9º. A perda da qualidade de dependente ocorre nas hipóteses previstas no artigo 38 da Lei Ordinária nº 1.810, de 04 de abril de 2016.” (NR)

“Art. 15.

.....

§ 2º. O dependente inválido pensionista ou beneficiário de auxílio-reclusão está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a perícia médico bianualmente, até a idade de 65 anos, se homem, e até a idade de 60 anos, se mulher.

§ 3º. Em qualquer tempo que houver a comprovação de exercício de atividade pelo servidor aposentado por invalidez, ou qualquer fato que demonstre a sua recuperação, ele será convocado pelo Gestor de Benefícios para submeter-se a perícia médica.

§ 4º. A perícia médica será realizada na residência do beneficiário quando ele não puder se locomover.

§ 5º. Nas hipóteses dos §§ 2º e 3º deste artigo, sempre que o servidor, devidamente convocado, não comparecer para submeter-se a perícia médica, o benefício da aposentadoria será suspenso até que ele atenda a convocação do ITUPREV.” (NR)

“Art. 21. A homologação de justificação judicial, processada com início razoável de prova material, dispensa a justificação administrativa.” (NR)

“Art. 32.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

.....

II - Certidão de Tempo de Contribuição – CTC emitida pelo INSS, quando o segurado tiver contribuído para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS e pretenda obter a contagem do tempo de contribuição;

III - Certidão de Tempo de Contribuição – CTC emitida por outros entes públicos nos quais o servidor tiver trabalhado, devidamente homologada pelo órgão gestor do RPPS respectivo, quando pretender obter a contagem do tempo de contribuição;

IV - Certidão de tempo de serviço emitida por ente público no qual o servidor tiver trabalhado para fins de comprovação da data de ingresso e de tempo de serviço público ininterrupto, quando pretender aposentar-se por regra de transição que exija tal comprovação;

V – Certidão de tempo de serviço público municipal abrangendo todo o tempo de efetivo exercício no serviço público municipal de Itu, pelo servidor, com ou sem contribuição ao RGPS e ou ao RPPS;

VI – Certidão de Tempo de Contribuição – CTC emitida pelo órgão de recursos humanos do ente municipal ao qual o servidor estiver vinculado, abrangendo exclusivamente o tempo de contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de Itu, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

VII – cópia do demonstrativo de pagamento de sua última remuneração; e

VIII – cópia da portaria de sua nomeação em cargo efetivo, no caso de ter ingressado no serviço público municipal depois de 01/06/2010.

Parágrafo único. O tempo de serviço público sem contribuição anterior a 15 de dezembro de 1988, será considerado tempo de contribuição e incluído na CTC a que se refere o inciso VI deste artigo.” (NR)

“Art. 34.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

.....
VII – declaração de que o Requerente é titular de cargo efetivo por força da Lei nº 1.810 de 04 de abril de 2016, indicando a denominação do cargo, se for o caso; e
.....

§ 1º. A Certidão de Tempo de Contribuição – CTC e a Certidão de tempo de serviço público, a que se referem os incisos V e VI do artigo 32, expedidas pelo órgão de recursos humanos, deverá indicar o tempo em anos, meses e dias, e deduzir as licenças e os afastamentos sem remuneração, bem como as suspensões disciplinares e as faltas não abonadas quando elas abrangerem o mês inteiro, provocando a perda de toda a remuneração do mês.

§ 4º. A não apresentação dos documentos e informações necessários para o andamento do processo, bem como a ausência de pronunciamento do servidor, ensejará a suspensão e arquivamento temporário do processo de concessão.” (NR)

“Art. 35.
.....

IV – quais as parcelas remuneratórias do servidor que deverão compor os proventos da aposentadoria, com fundamento nas Leis nº 1.175, de 27 de maio de 2010, e nº 1.810, de 04 de abril de 2016, e na legislação de pessoal do Município;
.....” (NR)

“Art. 36.

§ 1º. Sempre que o órgão competente do Município sugerir o afastamento definitivo do servidor, em laudo médico apresentado em processo de licença para tratamento de saúde, este deverá ser encaminhado imediatamente ao ITUPREV para a abertura, de ofício,



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

de processo de concessão de aposentadoria por invalidez permanente.

§ 2º. O processo de concessão de aposentadoria por invalidez, de ofício, será aberto mediante requerimento do Gestor de Benefícios, e será instruído com o laudo médico do órgão competente do ente municipal, convocando-se o servidor para apresentar documentos a que se referem os incisos I a IV do artigo 32 desta Resolução.

§ 3º. A abertura de processo de aposentadoria por invalidez permanente, a pedido do servidor municipal, titular de cargo efetivo, será feito mediante apresentação do requerimento-padrão a que se refere o artigo 31, e dos documentos relacionados no artigo 32 e seus incisos, e de relatório médico que recomende o afastamento definitivo do servidor.

§ 4º. Aberto o processo de ofício ou a requerimento do servidor, ele deverá ser encaminhado ao órgão de pessoal a que está vinculado o servidor para a apresentação dos documentos relacionados no artigo 34 e seus incisos.

§ 5º. As certidões a que se referem os incisos V e VI do artigo 32, poderão ser requeridas de ofício ao órgão de recursos humanos a que está vinculado o servidor caso não tenham sido apresentadas pelo servidor no requerimento.” (NR)

“Art. 38. Os proventos da aposentadoria por invalidez permanente do servidor corresponderão à sua média remuneratória, apurada nos termos do artigo 104 e seus parágrafos da Lei nº 1.810 de 04 de abril de 2016.

§ 1º. Aos servidores que ingressaram no serviço público antes de 31 de dezembro de 2003, é garantido, nos termos do art. 6-A da Emenda Constitucional nº 70/2012:

I - o cálculo pela última remuneração, respeitado o disposto no art.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

104, §§ 7º e 8º da Lei nº 1.810 de 04 de abril de 2016, e

II - o reajuste pela paridade ativo-inativo e extensão de vantagens.

§ 2º. Na hipótese de a média remuneratória superar o valor da última base de contribuição do servidor, esta última deverá ser adotada para o cálculo dos proventos da aposentadoria por invalidez.

§ 3º. No caso de o auxílio-doença ser convertido em aposentadoria por invalidez, a última base de contribuição do servidor a que se refere o parágrafo anterior deve corresponder à base de contribuição do servidor em seu cargo efetivo, como se em exercício estivesse.” (NR)

“Art. 40.

§ 1º. Apenas será aceito para avaliação da perícia médica Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) ou Laudo de Médico Assistente elaborado nos moldes da Resolução CFM nº. 1.851/2008.

§ 2º. Em caso de apresentação de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) ou Laudo de Médico Assistente, conforme parágrafo anterior, prevalecerá sobretudo a decisão da Junta Médica oficial.

§ 3º. A Junta Médica obedecerá, além do disposto na legislação municipal e nesta Resolução, os procedimentos estabelecidos pelo Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal, conforme Portaria SEGRT/MP nº 19, de 20/04/2017, ou norma que venha a substituí-la.” (NR)

“Art. 42.

Parágrafo Único. O retorno do servidor ao cargo com restrições ou o processo de readaptação correrão por conta da Prefeitura Municipal, sendo responsável, inclusive, pelo pagamento dos vencimentos do servidor em caso de mora superior aos 05 dias de que trata o artigo 87, §2º, desta Resolução.” (NR)



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

“Art. 44. Será revogada a aposentadoria por invalidez na hipótese de a perícia médica concluir que houve a recuperação total ou parcial do servidor e que ele tem condições de voltar à atividade no serviço público municipal.

§ 1º. A aposentadoria por invalidez só poderá ser revogada se o servidor contar com menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou com menos de 60 (sessenta) anos de idade, se mulher.

§ 2º. Revogada a aposentadoria do servidor o ente municipal deverá ser comunicado horas para ser providenciada a reversão do aposentado ao serviço ativo na mesma data.” (NR)

“Art. 45.

§ 1º. O professor que computar tempo de serviço durante o qual tenha efetivamente exercido funções diversas das do magistério, ainda que no exercício formal do cargo de professor, inclusive o readaptado, será aposentado por tempo comum de contribuição.

§ 2º. Serão aposentados com redução na idade mínima e no tempo mínimo de contribuição os instrutores, técnicos ou orientadores de atividades físicas, esportivas ou recreativas, titulares do cargo de professor de educação física, desde que o exercício do cargo ocorra exclusivamente em estabelecimento de ensino infantil, fundamental ou médio, e constitua exercício do magistério no ensino regular.

§ 3º. Consideram-se funções de magistério, para os efeitos deste Regulamento, o efetivo exercício do cargo de professor em sala de aula, bem como o efetivo exercício de funções de direção de unidade escolar, de coordenação e de assessoramento pedagógico exercidas em estabelecimento de ensino regular, por servidor que seja titular de cargo efetivo de professor, observado o disposto no § 4º deste artigo.
.....” (NR)



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

“Art. 46. O benefício de aposentadoria será concedido mediante portaria assinada pelo Superintendente, juntamente com o Gestor de Benefícios.

§ 1º. A Portaria de concessão deverá conter:

- I – nome do servidor;
- II – cargo em que se dará a aposentadoria;
- III – fundamento legal do benefício;
- IV – proventos;
- V – critério de reajuste;
- VI – data da concessão; e
- VII – data da publicação do ato.

§ 2º. A data da concessão do benefício, de que trata o inciso VI do parágrafo anterior, se dará preferencialmente no primeiro dia do mês subsequente.

§ 3º. O benefício será concedido ao segurado que completar os requisitos, independentemente de:

- I – possuir Processo Administrativo Disciplinar em tramitação junto ao ente em que estava vinculado; ou
- II – estar exonerado ou demitido, se o cumprimento dos requisitos se deu antes da perda da qualidade de segurado.” (NR)

“Art. 51.

I –

a) os documentos a que se referem os incisos do artigo 32;
.....” (NR)

“Art. 52. Instruído o processo com as informações e documentos fornecidos pelo servidor, e pelo órgão de pessoal no caso de servidor falecido em atividade, o Gestor de Benefícios o encaminhará para



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

parecer jurídico conclusivo que indicará:

.....

V – se a cota de cada pensionista na pensão é vitalícia ou temporária, indicando a data de extinção de cada uma das cotas temporárias;

VI – se haverá reversão das cotas temporárias em favor dos pensionistas remanescentes;

VII – a data de início do pagamento da pensão por morte aos dependentes do segurado falecido; e

VIII – se o ITUPREV tem direito à compensação financeira perante o Regime Geral de Previdência Social ou outro regime próprio.” (NR)

“Art. 63.

Parágrafo único. Findo o período de gozo do benefício do Salário-Maternidade, a Servidora poderá submetida a perícia médica, a critério do órgão de medicina do trabalho, nas hipóteses em que necessária a análise de manutenção do Auxílio-Doença.” (NR)

“Art. 72. A perícia médica concluirá se o segurado necessita permanecer afastado do exercício de seu cargo e por quanto tempo ou, se o mesmo está apto para retornar ao serviço público municipal, atendendo à exigência do artigo 40, § 2º, desta Resolução.

.....” (NR)

“Art. 74.

§1º. Nos casos de prorrogação de benefício, os documentos referidos no *caput* que justifiquem o pedido deverão acompanhar o requerimento, sob pena de indeferimento liminar por despacho do Gestor de Benefícios.

§2º. Qualquer que seja o resultado da perícia este será imediatamente comunicado ao servidor e ao órgão ao qual está vinculado por



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

telefone, e-mail ou impresso.

§3º. Na hipótese de não ser possível a comunicação ao segurado pelas formas indicadas no parágrafo anterior, a comunicação será feita mediante publicação na imprensa oficial do município.” (NR)

“Art. 76. A perícia médica é indispensável para a concessão do benefício, prevalecendo sua decisão sobre Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) ou Laudo de Médico Assistente.” (NR)

“Art. 79. O auxílio-doença será concedido mediante despacho assinado pelo Gestor de Benefícios e pelo Superintendente, e subsequente Portaria, que deverá ser publicada mediante afixação no quadro geral de avisos na sede do ITUPREV, e ser divulgada por extrato na imprensa oficial do município.” (NR)

“Art. 85. O segurado em gozo de auxílio-doença que for encontrado exercendo qualquer outra atividade, remunerada ou não, inclusive atividades esportivas ou de lazer incompatíveis com o tratamento de sua doença, terá o benefício suspenso, sujeitando-se ao pagamento de multa, nos termos do art. 70 da Lei nº 1.810 de 04 de abril de 2016.
.....” (NR)

“Art. 87.

§ 1º. O ITUPREV, nesse caso, encaminhará ofício ao órgão de segurança e medicina do trabalho do ente municipal empregador a fim de que o mesmo providencie a readaptação do servidor no serviço público, nos termos da legislação estatutária.

§ 2º. O auxílio-doença será garantido ao servidor pelo período de até 05 (cinco) dias da data da alta, para que não haja prejuízo de seu sustento durante o processo de readaptação a cargo do órgão ao qual



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

estiver vinculado.” (NR)

“Art. 88.

.....

§ 4º. A concessão do benefício de aposentadoria opera renúncia tácita do auxílio-doença.” (NR)

“Art. 89. O valor do benefício do auxílio-doença corresponderá à última remuneração do servidor, nos termos do artigo 62 da Lei 1.810, de 04 de abril de 2016.” (NR)

“Art. 90.

Parágrafo único. Para a concessão do benefício de auxílio-reclusão o segurado deverá ter cumprido uma carência mínima de 24 (vinte e quatro) meses de contribuição desde sua última vinculação ao RPPS de Itu.” (NR)

“Art. 100. A contribuição facultativa de que trata o artigo 14 e seus parágrafos da Lei nº 1.810, de 04 de abril de 2016 será paga mediante prévia opção do servidor, em documento-padrão fornecido pelo ITUPREV.

.....” (NR)

“Art. 101. O servidor que cumprir todos os requisitos para se aposentar por tempo de contribuição pela regra permanente do artigo 40 da Constituição Federal e optar por permanecer em atividade para receber o Abono de Permanência de que trata o artigo 225 e seus parágrafos da Lei nº 1.810, de 04 de abril de 2016, deverá:

.....” (NR)



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

“Art. 105.

§ 1º. A publicação dos atos concessórios dar-se-á através de sua afixação no Quadro Geral de Avisos, na sede do ITUPREV, sem prejuízo de sua divulgação na imprensa oficial do Município.

§2º. Os atos concessórios dos benefícios de aposentadoria e pensão deverão ser divulgados na imprensa oficial integralmente, sendo os demais atos divulgados por extrato.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, aplicando-se inclusive, no que couber, aos processos administrativos de concessão de benefícios previdenciários em andamento.

Itu, 14 de maio de 2019.

LUIZ CARLOS KAHTALIAN BRENHA DE CAMARGO
Superintendente do ITUPREV